

O PAÍS PRECISA DE EMPREGO E CRESCIMENTO ECONÓMICO E NÃO DE DESPEDIMENTOS

O Governo apresentou em 15 de Dezembro um novo pacote de medidas sob o fundamento de que a redução do défice orçamental deve ser acompanhada pela promoção da competitividade da economia portuguesa, mas as suas direcções fundamentais são a facilitação dos despedimentos no quadro de uma maior liberalização do mercado de trabalho e de uma redução salarial em larga escala – na linha do que vinha a ser defendido pela U.E., OCDE e FMI.

O Governo fez aquilo que antes negara: ceder a pressões externas.

E não é a inclusão de medidas, algumas de sentido positivo como, a promoção das exportações, a aceleração da execução do QREN, a reabilitação urbana, o combate à economia informal e o reforço da formação profissional para desempregados que “compensam” as medidas anti-sociais destinadas a provocar uma redução dos custos com o trabalho, através da redução das retribuições, da desregulamentação do emprego e da pulverização da contratação colectiva subordinada aos interesses patronais.

Globalmente, estas medidas não só não respondem às necessidades de desenvolvimento do país no que respeita à dinamização do sector produtivo, como não criam mais e melhor emprego e, por outro lado, em grande parte serão geradoras do aumento da pobreza e das desigualdades.

Facilitação dos despedimentos num contexto de uma maior liberalização do mercado de trabalho

As medidas relativas à indemnização dos despedimentos (aplicação de um tecto máximo) são reveladoras de subordinação aos interesses do poder económico. Pretende-se por esta via facilitar os despedimentos num país onde entre o 2º trimestre de 2008 e o 3º trimestre de 2010 foram destruídos mais de 264 mil empregos; com uma taxa de desemprego oficial próxima dos 11%; com a precariedade a servir de antecâmara do desemprego; com cerca de 225 mil desempregados em Setembro sem subsídio de desemprego; com um custo negligenciável das indemnizações por despedimento nos custos salariais (variam entre 0% e 0.1% nos vários sectores); com um ex-presidente da CIP a afirmar que “nunca ninguém se queixou do custo de despedir” (Diário Económico, 17.12.10).

Longe vai o tempo em que o Primeiro-Ministro afirmava que depois da crise nada seria como antes. É o fundamentalismo neoliberal a funcionar em pleno.

A pulverização da contratação colectiva subordinada aos interesses patronais

As experiências internacionais, designadamente na Europa, mostram que a pulverização da contratação colectiva conduz à sua fragilização e à sua instrumentalização pelo patronato, com reflexos directos na redução dos direitos e dos salários dos trabalhadores.

As medidas propostas inserem-se numa matriz de maior liberalização do mercado de trabalho. O problema de fundo é a manutenção de normas que são violadoras do direito fundamental de contratação colectiva, nomeadamente quando prevêem a sua caducidade com consequências no aumento dos bloqueios e na redução do número de convenções acordadas.

Tais medidas visam transformar a contratação colectiva em cartilhas de obrigações para os trabalhadores numa submissão absoluta dos seus direitos e interesses a objectivos económico/financeiros imediatos dos patrões ou accionistas das empresas. As medidas apresentadas traduzem, ainda, uma vontade de ingerência do Governo na autonomia e independência dos sindicatos o que é inaceitável.

Redução em larga escala dos salários

Está em curso um processo de redução salarial em larga escala. Nele se inserem: os cortes salariais previstos na Administração Pública e em empresas do sector empresarial do Estado; a redução do custo de despedir; a diminuição dos encargos patronais com o *lay-off*; a intenção de pulverizar (para fragilizar), a contratação colectiva; as alterações efectuadas ao regime de subsídio de desemprego no sentido de reduzir a sua taxa de substituição e de forçar os desempregados a aceitarem empregos de baixos salários.

Este processo de redução dos salários ocorre num **contexto de agravamento do custo de vida** com aumentos anunciados para bens e serviços de consumos essenciais, incluindo os preços da energia, do pão e dos transportes.

Actualizar o salário mínimo nacional em 500 euros em Janeiro de 2011

Apesar do impacto do salário mínimo sobre os custos das empresas ser negligenciável seria inadmissível que o mesmo não fosse actualizado em Janeiro de 2011. A ser assim, tratar-se-ia do rompimento do acordo de concertação social subscrito em 2006.

Todos os aumentos do salário mínimo se reportaram a Janeiro de cada ano desde 1983 e só em 1989 houve uma actualização intercalar (mas esta visou compensar os trabalhadores pela aceleração da inflação e não “parcelar” o aumento do salário mínimo).

Prioridade atribuída às exportações

Toda a prioridade é dada ao aumento das exportações na linha do que já antes se consagrava na Proposta de Orçamento de Estado para 2011. **Não se fala uma só vez na procura interna** quando é esta que mais tem contribuído para o crescimento do produto.

Projeções feitas pela Comissão Europeia e pela OCDE mostram a entrada do país em recessão em 2011 em resultado da quebra da procura interna. Sendo assim, um programa de política económica deveria incluir medidas com efeito na sua dinamização, ao contrário do que acontece.

A CGTP-IN não tem à partida uma posição contrária ao estímulo às exportações desde que os apoios concedidos às empresas estejam sujeitos a fiscalização e avaliação regulares e tentam um carácter selectivo, adequado e eficiente, recusando a mera subsidiação de empresas, e não ignorando as perdas de receitas fiscais.

Mas, ignorar a procura interna e olhar só para a externa, como faz o Governo com estas medidas, significa a assumpção política de um modelo de desenvolvimento que não corresponde aos interesses imediatos e estratégicos dos trabalhadores e do país.

Algumas das medidas fazem sentido, mas outras podem ter custos como a que respeita aos Projectos de Potencial Interesse Nacional, que tem sido aplicado com danos para o ordenamento

do território. Não há preocupações de selectividade e ignora-se o custo (perda de receitas fiscais).

A aceleração do **QREN** é fundamental, dado que até Outubro de 2010 a sua taxa de execução financeira foi de apenas 18.7%. Contudo, elevar a sua execução para 40% em 2011 pode não ser realista face à dificuldade de investimento próprio de muitas empresas. Uma política errada como a que está a ser desenvolvida, que tem criado dificuldades crescentes à esmagadora maioria das PME's e Micro Empresas, em benefício de grandes grupos financeiros e económicos de bens não transaccionáveis, comprometerá assim a execução de algumas das medidas da actual iniciativa, mesmo quando adequadas.

Reabilitação urbana e combate à economia paralela, à fraude e à evasão fiscal

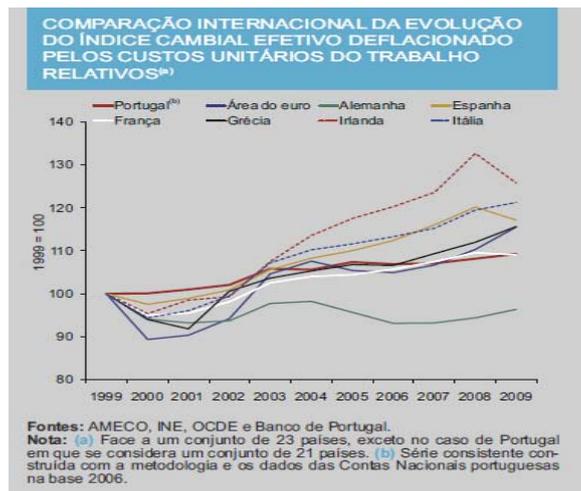
A CGTP-IN tem vindo a reclamar medidas com estes objectivos. No que respeita à **reabilitação urbana** importa a sua concretização: assegurar os meios financeiros, mas impedir que a medida se transforme na facilitação do despejo de inquilinos que se atrasam no pagamento das rendas e na promoção da especulação imobiliária com o afastamento, para a periferia, das pessoas com menores rendimentos.

Considera igualmente vital atacar a **economia clandestina**, que se estima corresponder a 24% do PIB, e a elevada **fraude e evasão fiscal**. Recorde-se, no entanto, que ao longo do tempo tais objectivos foram assumidos, quer pelo Governo actual quer por governos anteriores, sem que se conseguisse resolver, ou pelo menos reduzir substancialmente, a dimensão destes problemas – os quais violam normas de cidadania e têm um profundo impacto na perda de receitas fiscais. Não basta incluir as medidas é preciso quantificá-las e efectivá-las. Ora o que se assiste é uma profunda desagregação da Administração Pública com perdas de meios humanos e em particular na Administração Fiscal. Só a DGCI perdeu mais de 2000 trabalhadores, muitos deles altamente qualificados e experientes, que não foram substituídos. Mais do que anunciar medidas é preciso assegurar os meios necessários para que o combate à fraude e à evasão fiscal sejam uma realidade

Competitividade e modelo de desenvolvimento

A obtenção de ganhos de competitividade à custa de redução dos salários constitui a espinha dorsal da presente Iniciativa. Importa pois analisá-la nesta perspectiva considerando a evolução dos custos com o trabalho, o impacto na competitividade e o desenvolvimento do país.

Em primeiro lugar, a variação acumulada dos Custos Unitários do Trabalho em Portugal, entre 1999 e 2009, foi menor do que na zona euro e em países como a Espanha, a Grécia ou a Itália. A única excepção é a Alemanha. Estes dados reflectem uma nova avaliação destes custos feita recentemente pelo Banco de Portugal. Este indicador é importante porque constitui uma medida da competitividade-custo da economia portuguesa em relação aos seus principais parceiros comerciais. Até agora diziam o contrário: que, embora Portugal tivesse custos baixos com o trabalho em termos absolutos, o seu crescimento era acima da média da produtividade, o que era considerado incomportável. A conclusão só pode ser que se o país perdeu competitividade-custo (é só esta que este indicador mede) a razão não radica nos salários. Em 2010, os custos com o trabalho estão a evoluir a um ritmo inferior ao da UE. No actual quadro a Alemanha cujos governantes procuram impor regras draconianas à generalidade dos estados membros e atacam os países do Sul por serem alegadamente “gastadores”, está simplesmente a arrasar a economia dos outros países europeus através de uma “desvalorização interna” por via dos custos com o trabalho.



Em segundo lugar, para além da acentuação das desigualdades e do fosso na distribuição da riqueza, a redução dos custos com o trabalho apenas poderá ter impacto na competitividade-custo e não noutras dimensões da competitividade como a qualidade e o grau de satisfação dos produtos. Se o país fosse mais competitivo com custos com o trabalho mais baixos então já hoje o seria, pois os salários praticados são muito inferiores aos vigentes na generalidade dos países europeus. Não é com salários mais baixos que se promove a economia do conhecimento de que tanto se fala e se ganha competitividade em produtos cada vez mais evoluídos tecnologicamente. O exemplo da Alemanha, acima referido, não serve porque este país, já tinha, antes da compressão salarial, um avanço competitivo baseado nestes produtos.

Em terceiro lugar, o recurso ao menor crescimento dos preços e dos salários não conduz geralmente aos resultados pretendidos, como indica um estudo feito pelo Banco Mundial¹, devido à existência de 3 obstáculos. Primeiro, a evidência histórica não o prova. Segundo, o aumento das exportações depende do tipo e da qualidade dos produtos, não sendo fácil replicar os alemães através de produtos de excelência. Terceiros, os países arriscam-se a aumentar o peso da dívida (“armadilha da dívida”).

Em quarto lugar, as estratégias do crescimento baseadas nas exportações têm profundas consequências sociais. Um estudo da OIT² revela que os países exportadores têm uma mais injusta distribuição do rendimento e aponta o exemplo de países que, como o Brasil, têm apostado na procura interna para crescer e para reduzir a pobreza e as desigualdades sociais.

Para a CGTP-IN é necessário uma mudança de políticas que promovam o crescimento económico e a criação de mais e melhor emprego, o investimento na dinamização do sector produtivo para a produção de bens e serviços que reduzam as importações e o endividamento do país, a dinamização do mercado interno através do aumento do poder de compra dos salários e das pensões, para fazer face à carestia de vida e o reforço da protecção e dos apoios sociais para os desempregados e as famílias mais carenciadas.

Uma política económica que tenha como referência central os trabalhadores e a população em geral e não os interesses dos grandes grupos económicos e financeiros.

Lisboa, 21 de Dezembro de 2010

¹ Ver: *The Economist* 11.12.10 (“All pain, no gain?”)

² ILO, *World of World Report 2010*, pág.81-98